

Pensares em torno da liberdade *de palavra* em setores de comunicação de universidades

Thoughts on freedom of speech in communicative sectors in universities

Ana Elisa Bobrzyk

Universidade Federal da Fronteira Sul. Campus Cerro Largo. Rua Major Antônio Cardoso, 590, Centro
Prédio do antigo Seminário São José, 97900-000, Cerro Largo, RS, Brasil
ana.bobrzyk@uffs.edu.br

Ana Beatriz Ferreira Dias

Universidade Federal da Fronteira Sul. Campus Cerro Largo. Rua Major Antônio Cardoso, 590, Centro
Prédio do antigo Seminário São José, 97900-000, Cerro Largo, RS, Brasil
ana.dias@uffs.edu.br

Valdemir Miotello

Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas, Departamento de Letras.
Rua Washington Luiz, Km 235, Monjolinho, 13565-905, São Carlos, SP, Brasil
miotello@terra.com.br

Resumo. Neste trabalho, discutimos práticas discursivas que constituem setores de comunicação de universidades quanto ao (não) uso de novos signos linguísticos. Fundamentamos o trabalho em pressupostos da filosofia da linguagem, mais especificamente, dos estudos do Círculo de Bakhtin e de perspectivas da Comunicação em universidades. Elegemos o signo @ (arroba) para nortear o diálogo entre a manutenção e a ruptura do uso padrão da linguagem no gênero discursivo notícia. Entendemos, com a pesquisa, que em instâncias oficiais dificilmente será encontrado o @, ao passo que, em discursos contra-hegemônicos, de grupos marginalizados sua escrita não segue os padrões socialmente instituídos.

Palavras-chave: discurso, liberdade de palavra, notícia.

Abstract. In this paper, we discuss the discursive practices which constitutes communicative sectors in universities in relation to the use (or not) of linguistic signs. We use the theoretical principles of philosophy of language, specifically, the Bakhtin circle and communicational perspective in universities. We choose the sign @ (at sign) to guide the dialogue between the maintenance or the rupture of the standard use of language in the discursive news gender. We notice, with the research, that in official instances the @ sign will be hardly found, whereas, in counter-hegemonic discourses, of marginalized groups, the written form does not follow the socially established patterns.

Keywords: communication, freedom of speech, news.

Por uma Babel no discurso jornalístico

No contexto da cultura contemporânea, emergem vozes que questionam a suposta estabilidade, unicidade e homogeneidade das relações sociais, bem como as visões de mundo com efeitos monologizantes que reduzem as diferentes histórias a uma única versão. São vozes que vêm propondo a beleza de Babel, com sua diversidade pensada do ponto de vista de uma diferença não indiferente, e não mais desejam a hegemonia da unidade de Pentecostes. Valorizam, portanto, a trama plural que tece as múltiplas formas de ser, pensar, agir no mundo contemporâneo. Nesse sentido, concordamos com a hipótese de Schnitman (1996, p. 16) a respeito do término de uma perspectiva de história determinista e homogênea e do nascimento de uma crescente consciência “da descontinuidade, da não-linearidade, da diferença e a necessidade do diálogo como dimensões operativas da construção das realidades em que vivemos”.

Tendo isso em vista, interessa-nos discutir neste trabalho elementos acerca da questão do discurso, que não podemos perder de vista ser parte constitutiva dessa realidade plural que destacamos. É possível que estejamos sim assistindo, nos dias de hoje, a uma dissolução desses discursos da ciência e da cultura que são, de acordo com Schnitman, homogêneos e totalizantes, de modo que assumir-se como sujeito quer dizer participar de interações povoadas pelos mais diferentes significados, sentidos e conflitos. Nesse trabalho, reconhecemos, portanto que se apresenta no nosso horizonte de possibilidades a seguinte situação social:

Não existe narração ou gênero do discurso capaz de dar um traçado único, um horizonte de sentido unitário da experiência da vida, da cultura, da ciência ou da subjetividade. Há histórias no plural; o mundo tornou-se intensamente complexo e as respostas não são diretas nem estáveis (Schnitman, 1996, p. 17).

Mais do que nunca, estamos nos deparando com a insistente necessidade de não apenas reconhecer, mas oferecer nossas contrapalavras como uma resposta a essa concepção de vida enquanto um acontecimento aberto e dialógico. Para realizarmos este trabalho, desenvolvemos nossas compreensões em torno do uso da linguagem em determinadas práticas discursivas exercidas em instituições de ensino superior. Mais especificamente, o problema

que formulamos centra-se na figura do jornalista que, realizando seu trabalho por meio da linguagem, atua normalmente na organização, distribuição e circulação da palavra no meio acadêmico. Elegemos o profissional jornalista inserido no setor de comunicação cujas ações estão direcionadas para o desenvolvimento das políticas universitárias voltadas à publicação de notícias institucionais.

Podemos considerar que essa discussão entra na corrente da comunicação que busca (re)pensar as práticas discursivas que, de alguma maneira, constituem o meio acadêmico e os sujeitos que ali estão inseridos. Retomando expressões de Luckesi *et al.* (2000), pensamos que este trabalho remete à problemática que diz respeito à “universidade que queremos”, e também à “universidade que não queremos”. Nosso trabalho marca-se pela construção de memórias de futuro que se assentam na busca pelo novo, pela resignificação de práticas sociais, valorizando os saberes, lições e sentidos já instituídos. Do ponto de vista dos estudos linguísticos, uma série de debates centrados no uso da linguagem no meio acadêmico tem contribuído significativamente para a reflexão e a ação sobre as interações sociais estabelecidas nesse espaço público de circulação de discursos. Sobressaem os trabalhos acerca do processo de ensino-aprendizagem no espaço acadêmico das salas de aula. Ao lado desses estudos, precisamos acrescentar outras formas de relações sociais, como esta que diz respeito à posição do jornalista na instituição de ensino superior.

Um universo de novas ideias, histórias, gêneros, idades e raças apresenta-se diante de um jornalista que trabalha em uma universidade. E todo esse mundo que se apresenta a esses profissionais nasce e se desenvolve no seio da palavra. Trata-se, nesse sentido, de um problema de linguagem, afinal, como pontua Ponzio (2010, p. 15), “não existe comportamento e não existe pensamento, nem tão pouco sensação, sentimento, humor, desejo e imaginação que não sejam feitos dessa ‘matéria’, a matéria da palavra”. Para esse profissional, que faz uma intermediação entre universidade e comunidade, é essencial que tenha um entendimento da forma de estruturação da sociedade, que é “resultante das ações recíprocas dos homens; é o lugar do heterogêneo, do diverso. A diversidade é algo que está inserido na sociedade” (Kunsch, 1992). Diante disso, cabe-nos perguntar: de que maneira o jornalismo em instituições de ensino, sobretudo superior, responde ou leva em conta a diversidade? Será que o

padrão de uso da linguagem já convencionado na área de jornalismo é suficiente para abranger esse leque de aspirações sociais pautadas nos ideais de uma diferença não indiferente entre sujeitos e suas palavras?

As compreensões aqui apresentadas são resultantes principalmente do diálogo que buscamos realizar entre conhecimentos de linguística e de jornalismo. Da linguística, sustentamos as reflexões a partir da fundamentação teórica da filosofia da linguagem, mais especificamente, dos estudos bakhtinianos. Do jornalismo, com teóricos da Comunicação como Margarida Kunsch e Eugenia Mariano da Rocha Barichello, que trabalham a Comunicação nas universidades. A parceria dessas duas frentes de trabalho foi impulsionada por uma inquietação provocada por uma situação concreta, brevemente contextualizada abaixo, que coloca em questão a posição do jornalista na universidade.

O cotidiano, de um de nós autores deste trabalho, como jornalista em uma universidade, fez-nos perceber que havia uma divergência entre o uso padronizado da linguagem no gênero discursivo “notícia”, o qual é substancialmente consolidado no jornalismo, e as exigências de um novo contexto social. Mais detalhadamente, as inquietações começaram a surgir quando optamos por realizar alterações em um texto escrito por uma professora da instituição para que fosse publicado no informativo interno da instituição. O informativo é um jornal semanal, com as notícias da universidade, com circulação entre a comunidade acadêmica e membros dos conselhos deliberativos. Uma das mudanças que realizamos no texto excluía a diferenciação de gênero masculino e feminino em palavras como *todos/todas* e pretendia enquadrar o texto no gênero discursivo “notícia”, já que essa era parecia ser a pretensão da professora ao encaminhá-lo para a revisão do jornalista.

No momento da revisão do texto, vozes como a de Pereira (2009) integravam o discurso interior dessa jornalista no sentido de sugerir a eleição do caminho da estabilidade da organização textual da notícia. Segundo Pereira, o texto chamado de “notícia”

é abordado como um “gênero de discurso” que possui forma própria de descrição. As notícias são construções discursivas, como forma própria de narrar/criar eventos, que podem ser analisadas com o objetivo de perceber, no evento narrado, o que passa a ser naturalizado ou percebido como autêntico (Pereira, 2009, p. 4).

Após a publicação da notícia, a professora entrou em contato com a jornalista e, quando essa argumentou sobre o padrão, disse-lhe que a universidade é o ambiente ideal para mudá-los, até porque existia toda uma luta de inserção de identidades e alteridades por trás daquela escolha linguística, (*todos/todas*).

Esse acontecimento provocou-nos muitas dúvidas e questionamentos, dentre eles: a necessidade de setores de comunicação de universidades incorporarem explicitamente usos de linguagem não convencionais, de abrirem as portas para formas do dizer tradicionalmente marginais que dizem respeito às lutas de grupos sociais; a posição do jornalista, que fica, muitas vezes, entre o jogo das novas demandas sociais e sua formação acadêmica centrada em discursos que reiteram a necessidade do padrão; e também as relações entre a palavra e a manutenção ou mudança de dada ordem do discurso.

Consideramos que todas essas questões são problemas que dizem respeito à palavra e sua liberdade de circulação. Não abordamos essa realidade como inerente de uma ou de outra instituição de ensino, mas sim de uma situação socio-histórica que perpassa e constitui o uso da linguagem em universidades brasileiras. Ainda que realizemos esta discussão mais adiante, convém, deste já, destacar que a dificuldade em encontrar textos que rompem a organização textual tradicional da notícia em gêneros do discurso produzidos por setores de comunicação de universidade é já um forte indício da manutenção da unicidade de dizeres que correspondem ao uso tradicional da linguagem. Elegendo esse viés para compreender elementos da produção e circulação de discursos, nossas discussões centram-se na seguinte ideia, que será desenvolvida no presente trabalho: atos que interditam dizeres, como aquele que descrevemos anteriormente (negação da possibilidade de registro da diferenciação de gênero social), por mais que pareçam simples escolhas (neste caso, linguísticas) são estratégias de uso da linguagem para manter e consolidar determinada visão ideológica de mundo. A partir dessa discussão, vamos discutir as possibilidades de abertura da palavra, de “liberdade da palavra” (e não “liberdade de palavra”).

O uso do @: um exemplo da diferenciação de gênero masculino e feminino

Faz-se necessário ressaltar que o objetivo deste trabalho não é discutir as origens dos problemas sociais e políticos envolvendo as

questões de gênero. Lembramos apenas que foi em meados do século XIX que mulheres, na Inglaterra, iniciaram uma forte mobilização para assegurar o direito ao voto. Esse direito foi conquistado em 1918, no Reino Unido. Já, no Brasil, somente em 1932 foi promulgado o novo Código em que constava esse direito. São 81 anos em que o movimento no país tenta quebrar as barreiras instauradas pelos donos do poder em todas as instâncias: sociais, políticas, intelectuais e de identidade. E por que isso figuraria de maneira diferente na linguagem, já que, conforme Geraldini (2010, p. 76), a palavra é uma construção da realidade do mundo? Será que, decorrido tanto tempo, a voz dessa classe deixou de ser marginal?

Propomos-nos então a apresentar neste trabalho de que forma, em quais momentos e em quais meios essas tentativas de quebra e de abertura da palavra podem ser observadas. Interessa-nos, por ora, descrever um meio ou veículo em que se utiliza o signo @ como forma de inclusão e não elencar aqueles que não utilizam.

Em alguns veículos de editoria específica, como aqueles voltados para a causa feminista, já está incorporada a distinção nas palavras em que varia o gênero masculino e feminino, por meio do signo @ (arroba). Um exemplo é o caso do *Jornal Fêmea*, disponível na internet (<http://www.cfemea.org.br>). O jornal é uma produção do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), uma organização não-governamental sem fins lucrativos que, segundo o *site*, atua “em favor da cidadania plena para as mulheres e de relações de gênero igualitárias e fraternas”. Dentre as frases encontradas destacamos duas: “Também consideramos relevante resgatar que nós, mulheres, individualmente e como *polític@s coletiv@s*, resistimos e lutamos contra este sistema”, ou ainda, “As estatísticas de 2009 são relevantes: 93,2% *d@s trabalhador@s doméstic@s* eram mulheres, era a maior categoria de trabalhadoras negras no Brasil e representavam 12,7% do PIB Brasileiro”.

Nesse jornal, é possível perceber que o gênero Editorial, apresentava o signo @ (arroba), bem como outros textos, que se aproximam do gênero Notícia, pois trazem dados e informações relevantes, porém estão carregadas

de opiniões do autor. O editorial ainda trouxe uma pequena observação acompanhada de um asterisco, no final do texto: “Nesta publicação, usamos o signo @ para o feminino e masculino, quando falamos dos dois sexos. Exemplo: *candidat@* significa candidata mulher ou candidato homem”.

Já nos gêneros Entrevista e Artigo, as palavras que poderiam ser utilizadas com ambos os gêneros, não foram adaptadas. Na nossa concepção, isso ocorre porque as entrevistas, ao serem transcritas *ipsis litteris*, só podem utilizar o @ caso o autor, em sua oralidade, tenha feito tal distinção. E, no artigo, da mesma forma, pois dependerá da utilização do próprio autor.

Há um *link* no *site*, denominado “O uso do @” que traz uma citação de Sônia Miguel (2000) e explica o porquê da utilização do signo arroba nos discursos emitidos pelo Centro:

Quando queremos reforçar que determinada informação ou dado se refere a mulheres e a homens, utilizamos o recurso do sinal @ para designar esse conjunto, não incluindo as mulheres no masculino, como é comum se fazer na Língua Portuguesa. Por exemplo, ao escrevermos candidatos para nos referirmos às mulheres e aos homens [...], grafamos a palavra dessa forma, candidat@s, utilizando o sinal @ para designar os universos que incluem mulheres e homens. Assim, deixamos de usar o masculino como sinônimo de humano. [...] Muitas vezes a utilização da @ pode causar estranheza, ou mesmo incômodo. Mas entendemos que essa estranheza é positiva, pois nos tira do lugar comum e nos induz a pensar e, talvez, adotar outras posturas (Miguel, 2000).

Porém, ainda analisando os aspectos discursivos do *site* CFEMEA, percebemos que, na seção Notícias e Eventos, nenhum dos textos que tratam do mesmo tema central do Centro utilizou o signo @ para marcar a presença feminina. É possível que isso ocorra porque muitas notícias ali são oriundas de outros *sites* – oficiais, institucionais – como da Câmara Legislativa que, para obterem maior legitimidade, mantêm a escrita jornalística convencional¹.

Percebemos, por meio do exemplo acima mencionado, que há um choque entre esse tipo de discurso e aquele convencional e,

¹ Vale abordar a estruturação do gênero Notícia que é uma das formas menos livres de expressão ideológica e sua formação é bem definida: é composto por um *lead*, que deve figurar o primeiro parágrafo e responder, rapidamente, a cinco questões: o que? Quando? Como? Onde? Por que? Essa breve abordagem, logo no início do texto, tem a função de resumir ao leitor do que se trata a matéria, informá-lo com objetividade e, caso ele tenha um interesse maior sobre o assunto, irá prosseguir na leitura. O gênero Notícia carrega em si a Teoria da Pirâmide Invertida, em que o tópico central do texto é desenvolvido logo no início – primeiro parágrafo – enquanto as informações secundárias estão dispostas em segundo plano.

por consequência, utilizado nas instituições oficiais. Isso pode representar que:

- (i) em instâncias oficiais ainda é difícil encontrar o @;
- (ii) os discursos em que se enquadram os signos @ ainda são de grupos marginalizados, excluídos e sua escrita não segue os padrões instituídos.

Nos capítulos seguintes iremos desenvolver cada um desses itens.

O (não) uso do @: uma questão de poder?

Diante disso tudo, não podemos deixar de problematizar o modo como a universidade, enquanto instância oficial, relaciona-se com a produção e circulação de sua palavra – discussão essa que diz respeito à opção de manter o uso padronizado da linguagem e bloquear a maioria de dizeres que traz consigo novas relações sociais, como é caso do registro do @, como em *tod@s*, para sinalizar inserção de gênero social masculino e feminino em práticas discursivas. Nossa inquietação com essa situação no meio acadêmico move-se por uma significativa falta, na língua, de elementos linguísticos que apontem para a diversidade de vozes do qual é composta a sociedade, e conseqüentemente, a instância universitária. Nossa inquietação movimenta-se pela persistente necessidade que sentimos de escuta, de escuta da palavra diferente, diversa, plural, outra. A escuta, como observa Ponzio (2010, p. 19), baseia-se em um “claro pressentimento de ausência do outro, em uma forte sensação de sua falta, mesmo em sua presença, e em um desejo incondicional do seu dizer, da sua voz”. Considerando a escuta desse ponto de vista, consideramos que o meio acadêmico silencia, sob o glorioso manto do uso padrão e tradicional da linguagem, o direito da palavra exercida enquanto direito da alteridade. Precisamos ouvir “outras palavras”, estranhas, dissidentes, não-oficiais em todas as instâncias sociais, como o filósofo da linguagem Augusto Ponzio vem propondo, a partir dos estudos do Círculo de Bakhtin.

Talvez este seja o tempo em que precisamos elaborar questionamentos que, mesmo parecendo simples indagações, sirvam como táticas para compreensão de elementos da realidade. Nesse sentido, compartilhamos com Santos (2002, p. 59) a ideia de que estamos vivendo um momento de transição, de um modo de vida para outro (e que atinge e envolve o

meio acadêmico, não podemos esquecer), no qual surge a necessidade de retornarmos a fazer perguntas aparentemente simples, mas que, depois de feitas, “são capazes de trazer uma nova luz à nossa perplexidade”. Se novas relações sociais estão sendo gestadas como viemos discutindo até aqui, a linguagem torna-se um significativo caminho para desconstrução de visões de mundo e construção de outras.

O debate que aqui realizamos tem como ponto de partida a escolha linguística que o meio acadêmico faz quando opta por manter o padrão da linguagem escrita, negando a incorporação de registros menos oficiais quando lhe é solicitada a inclusão de expressões como *todos/tod@s* e/ou *tod@s*. Realizamos essa discussão não para defender uma questão de gênero social na universidade, mas sim para observarmos as políticas de cerceamento do discurso que constituem fortemente essa instância de formação de sujeitos. Precisamos ter em vista que a opção, em um texto, por determinadas palavras e sequências linguísticas implica na exclusão de outras tantas. Dizer com certas palavras, em detrimento de outras, é, antes de tudo, uma maneira de construir determinadas realidades. Por meio das palavras, opiniões e visões de mundo são emitidas, ao mesmo tempo em que realidades são construídas: “é neste sentido que, com a língua, não representamos o mundo, mas construímos uma realidade do mundo”, atesta Geraldini (2010, p. 76). A partir disso, apresentamos uma pergunta que nos parece bastante simples sobre a ausência de outras palavras, no estatuto de “outras” enquanto estranhas porque carregadas de alteridade, em atividades reguladas pelo poder de instituições superiores de ensino que é capaz de sugerir a complexidade do problema: por que a universidade, como instituição oficial, mantém a palavra enclausurada na escrita padrão, tradicional, abrindo raríssimas aberturas para o novo? Com base nas reflexões de Ponzio, podemos formular a questão nos seguintes termos: por que domina no uso oficial da palavra em universidades a “liberdade *de palavra*” (não a liberdade *da palavra*)? Cabe contextualizar aqui que, para o estudioso da linguagem, a liberdade *de palavra* diz respeito à ordem dos discursos e pressupõe um sujeito ou instância que se comporte como o dono, o patrão, o proprietário da palavra, que tem e defende o fechamento dos sentidos, ao invés de abri-lo para a pluralidade das significações. Ponzio (2010, p. 13-14) considera que a liberdade de palavra pode ser

encontrada nos lugares-comuns do discurso, na linguagem oficial, na comunicação global e globalizada que obedece a funcionalidade e produtividade do mercado mundial. Já a liberdade da palavra trata da possibilidade da produção e circulação de uma palavra outra, “fora do seu gênero, fora da sua espécie, fora do seu papel, fora da sua identidade”, fora das amarras dos usos oficiais do discurso.

Sem dúvidas, existem inúmeras compreensões possíveis sobre a rede de controle dos discursos que perpassa o exercício do poder oficial dentro de instituições superiores de ensino, e todas elas remetem às estratégias utilizadas para assegurar um poder de posse, proprietário, das palavras naquele espaço. Ainda que seja impossível fazer um levantamento de todas essas possibilidades de cerceamento do discurso, já traçado por vários estudiosos, como assinalou Geraldí em suas pesquisas (2010), nossa compreensão sobre essa problemática encaminha-se na perspectiva de que a liberdade *de palavra* que habita o meio acadêmico nasce e serve para assegurar e consolidar um determinado poder, o dominante em nossa sociedade ocidente.

Embora o discurso que mais circule seja o de que a universidade é um espaço de transformação social, em que os entes que dela fazem parte normalmente transformam sua própria visão de mundo e trabalham para que haja uma permanente mudança de acordo com as realidades sociais concretas e singulares da sociedade, a instituição acaba por ser um lugar em que o poder se perpetua, servindo quase sempre à manutenção do sistema dominante, como assinala a pesquisadora em teoria e processos de comunicação institucional Margarida Kunsch (1992), a partir de sua análise fundamentada em outros pesquisadores.

Para a autora, essa contradição entre ideais de mudança e práticas de manutenção de poder está ligada ao jogo entre as duas funções da universidade, apresentada por Gadotti (*in* Kunsch, 1992, p. 19). De um modo geral, a universidade tem, conforme essa perspectiva, duas funções, uma real e outra aparente. A função aparente pode ser encontrada nos estatutos da universidade, onde é feita a

a panaceia de seus objetivos e fins declaradamente humanísticos, democráticos, com realce para a autonomia e a liberdade”. Ao passo que a função real direciona normalmente a execução da tarefa de dividir, reproduzir e também conspirar. Conforme essa orientação, o caráter divisionista da função real encontra-se “na legitimação da or-

dem classista, reforçando os hábitos e valores (por isso podemos chamá-la de ‘aparelho ideológico’ da classe dominante, economicamente dominante)” (Gadotti in Kunsch, 1992, p. 19).

Para melhor buscarmos compreender elementos dessa função real da universidade, é importante termos em vista que sua associação com o poder dominante foi estabelecida ao longo dos séculos e, ainda hoje, está encravada nas suas práticas discursivas. Com as colocações de Rama (1985), entendemos que, dentro das cidades latinoamericanas, estabeleceu-se uma outra cidade, “não menos amuralhada”, marcada pelo uso e exercício das letras, uma “cidade letrada”, da qual faz parte a universidade. A cidade letrada, composta por signos, sempre contou com grupos de intelectuais para assegurar seu poder. Sujeitos detentores de certo poder porque conhecem e exercem o ofício da palavra, sobretudo a escrita, os intelectuais compõem o que Rama (1985, p. 43) chama de “anel protetor do poder e o executor de suas ordens”. Fazem parte deste grupo uma “plêide de religiosos, administradores, educadores, profissionais, escritores e múltiplos servidores intelectuais”. Trabalhando para o poder dominante, o jornalista integra obviamente esse grupo de intelectuais. Há aqui uma relação que merece mais atenção, aquela estabelecida entre a instituição de ensino e os grupos de intelectuais. Podemos afirmar que os jornalistas e outros sujeitos que trabalham em universidades, e que integram o grupo de intelectuais, estão na condição do que Rama entende por “servidores de poderes” e, como tal, eles

Estão em imediato com o forçoso princípio institucionalizador que caracteriza qualquer poder, sendo portanto os que melhor conhecem seus mecanismos, os que mais estão treinados em suas vicissitudes e, também, os que melhor aprendem a conveniência de outro tipo de institucionalização, o do restrito grupo que exerce as funções intelectuais (Rama, 1985, p. 47).

É devido às suas participações nas atividades e conhecimento do funcionamento da instituição que os intelectuais não apenas servem a um dado poder, como também são donos de um poder, atesta o pesquisador. Os intelectuais que trabalham em instituições, pela experiência que têm, “sabem que podem modificar o tipo de mensagens que emitem sem que se altere sua condição de funcionário”, da mesma forma, essa capacidade resulta justamente desse campo, que lhes empodera e lhes “reclama

serviços, que consistem no exercício das linguagens simbólicas da cultura” (Rama, 1985). Ainda que as relações sociais na contemporaneidade venham exigindo outros compromettimentos dos profissionais que servem a um poder (como certos compromissos estabelecidos na relação responsiva e responsável com determinados discursos contra-hegemônicos), essa rede de poder que enreda o grupo de intelectuais com as instituições oficiais, como a universidade, ainda constitui fortemente as práticas discursivas que se realizam naquele espaço de poder e determina, em grande medida, a filiação à tradição para que a organização dominante continue a prevalecer.

Assim, por se tratar de uma instituição com poder legitimado, tudo que é ali produzido, principalmente na instância da linguagem escrita – até porque é a partir dela que se mantém os registros de tudo que é feito internamente – é tomado como verdade e como referência.

Isso significa dizer que é por meio da linguagem que, não apenas são constituídas, mas também controladas as relações sociais e se estabelece quem domina e quem é dominado. É o que afirma também Foucault: “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos” (1996, p. 2).

A partir desse entendimento, fazemos outro questionamento: afinal, no que o uso da linguagem padrão e/ ou do reforço de certas regularidades na organização textual de certo gênero do discurso podem colaborar para a manutenção de dado poder? Compartilhamos a ideia de que a resposta sobre essa questão reside na relação entre o uso padrão da linguagem e o exercício da liberdade de palavra pelo poder oficial. Podemos afirmar que a universidade ao privilegiar o uso de palavras e expressões tradicionais da língua em detrimento de registros mais recentes, como o caso do @ para englobar concomitantemente a identidade feminina e masculina, oculta a luta de grupos sociais que vêm solicitando, por meio de uma série de táticas, a escuta de suas vozes em espaços públicos e oficiais de circulação da palavra. Sob o uso padrão, silencia-se justamente o caráter dialógico do signo para tentar negar a existência de quaisquer lutas sociais. Com isso, cria-se o efeito de que o signo é monovalente.

Sobre a relação entre poder dominante e signos, Bakhtin e Voloshinov (2009, p. 48) esclarecem que a classe dominante, enquanto

poder hegemônico, emprega os signos como estratégia para construir determinada visão de mundo, uma visão que oculta divergências sociais para fortalecer a sua concepção de mundo: “A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta de índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente”

O signo ideológico como estratégia de exercício do poder dominante busca, então, sugerir a neutralidade das relações sociais, buscando afirmar a ausência de lutas de grupos. As colocações de Gnerre complementam essa relação que discutimos acima e reiteram aqui a ligação entre poder e estado (lembramos que a instituição de ensino superior é essencialmente atrelada ao estado):

[...] o estado e o poder são apresentados como entidades superiores e “neutras”, também o código aceito “oficialmente” pelo poder é apontado como neutro e superior, e todos os cidadãos têm que produzi-lo e entendê-lo nas relações com o poder [...]. A começar pelo nível mais elementar de relações com o poder, a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder (Gnerre, 1987, p. 7-16).

Quando se trata do gênero de discurso notícia produzido por um poder oficial e dominante, esses elementos de neutralidade e monovalência do signo ideológico ficam um tanto evidentes. Além da organização textual rígida, há ainda um outro controle do texto para que ele seja considerado notícia: a questão da neutralidade, que vai além de uma exigência estrutural, formal, pois ela está no patamar das ideias.

Ser neutro, no jornalismo, significa não emitir qualquer opinião, ouvir os dois lados e apenas descrever o fato. O jornalista normalmente ancora-se no pressuposto de que o signo ideológico precisa ser monovalente, com um sentido único para que a verdade sobre os fatos seja enunciada, revelada. O problema, porém, é que trabalham com uma matéria altamente valorativa, que carrega valorações, pontos de vistas, crenças sobre realidades; trabalham com a palavra.

Os escritos do Círculo de Bakhtin, principalmente os livros *Marxismo e Filosofia da linguagem* (2010) e *Para uma filosofia do ato responsável* (2010), apresentam e discutem essa natureza da palavra como carregada de valoração. Desse ponto de vista, é inconcebível pensar a palavra em seu contexto de uso con-

creto como uma realidade abstrata e neutra, descolada da própria vida. Nas palavras de Bakhtin e Voloshinov (2009, p. 99) “na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial”. É justamente esse “cruzamento de índices de valor” que torna a palavra enquanto signo “vivo e móvel, capaz de evoluir”, para os estudiosos (2009, p. 48). Assim, no simples ato de “descrição de fatos”, como quer a notícia, a valoração sobre a realidade está presente. Ainda que o efeito monovalente do signo busque esconder isso por meio de estratégia de neutralidade, podemos encontrar pontos de vistas axiológicos sobre elementos da realidade.

Neste item, então, desenvolvemos as discussões no sentido de repensar as barreiras que existem para a incorporação de novos léxicos nos textos produzidos pelo setor de comunicação de universidades, assim como em muitas outras instituições oficiais. Assinalamos, então, que predomina ainda um desejo da manutenção de um sistema. Sistema esse protegido pelas regularidades discursivas, que as tornam legítimas, e pela falsa neutralidade, que torna perigoso o ato de expressar o @, já que está carregado de sentido e manifesta um desejo de derrubar um pensamento sexista.

Por isso, a importância de a universidade incorporar tal distinção, já que ela é um lugar em que toda a mudança pode ser legitimada, em função de sua credibilidade social, como discutimos a seguir.

Por um movimento de libertação da palavra

Apesar dos fortes mecanismos de controle sobre a produção e circulação da palavra, podemos observar uma espécie de movimento de despertar social e de tentativa de ruptura com as tradições, costumes, hábitos e padrões que já não se coadunam com o pensar de toda uma comunidade. Assim é tanto nas microestruturas sociais – por exemplo, na família – como nas macroestruturas – organizações. Muitos estudiosos, como Schinitman (1996), Santos (2002) e Geraldi (2010), afirmam que as relações sociais contemporâneas, nas mais diversas e diferentes instâncias, passam por uma profunda crise em seus próprios atos, métodos, princípios e fundamentos. Essa crise abala, portanto, os alicerces de toda e qualquer

instituição de ensino, de modo que a universidade também vive esse momento, em que sente, inclusive, uma forte pressão para empreender mudanças internas. Barichello (2001, p. 15) explica que as universidades experimentam uma crise da instituição em que sua posição hegemônica, que a constitui há séculos, passa a ser questionada por vários motivos:

A universidade como instituição atravessou vários séculos ocupando posição aparentemente hegemônica como local de geração e transmissão do conhecimento, atingindo seu apogeu na Modernidade. No entanto, há cerca de duas décadas, temos a sua própria sobrevivência questionada. Podemos colocar no centro dessa questão fatos como a crise do universal, o aparente fim das utopias e a aceleração dos circuitos de informação. Enfim, fatos que marcam a passagem de uma sociedade com fronteiras limitadas a uma sociedade cujos limites se flexibilizam progressivamente (Barichello, 2001, p. 15).

Colocar em jogo a palavra enquanto signo ideológico e questionar o seu emprego em determinadas situações de enunciação, como buscamos realizar neste trabalho, é já uma expressão deste tempo de transição social, quando estão sendo construídos outros modos de ser, pensar, compreender, agir. Bakhtin e Voloshinov afirmam que a problematização das contradições encerradas em um signo ideológico que emergem das várias significações e, conseqüentemente de valoração, serve como um índice para observar mudanças sociais geradas pela instabilidade do poder hegemônico. Segundo os autores,

Esta dialética interna do signo não se revela inteiramente a não ser nas épocas de crises e de comoção revolucionária. Nas condições habituais da vida social, esta contradição oculta em todo o signo ideológico não se mostra à descoberta porque, na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia (Bakhtin e Voloshinov, 2009, p. 48).

O caminhar das mudanças é lento e gradual, além de ser um trajeto cujo ponto de chegada é repleto de incertezas. O que já está estabelecido e arraigado no modo de vida atual e aquilo que vem mudando (ou querendo mudar) interagem continuamente no curso do processo socio-histórico. Entendemos, porém, com os estudos bakhtinianos, que a palavra é o

lugar de toda e qualquer mudança social. Conforme os estudiosos, a “palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais”, até mesmo daquelas transformações que “apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados” (Bakhtin e Voloshinov, 2006, p. 42).

As revoluções, como essa ligada ao exercício da comunicação em universidades, trazem consigo uma inquietação sobre as formas linguísticas, afinal, como muito bem observou Larrosa, toda e qualquer transformação é, de alguma forma, também uma revolta linguística, “uma revolta no modo de nos relacionarmos com a linguagem e com o que ela nomeia. Ou seja, que não há modo de “pensar de outro modo” que não seja, também, “ler de outro modo” e “escrever de outro modo”. Trata-se de um dos desafios das interações verbais no século 21, um outro modo de falar e de escrever nos setores de comunicação de Universidades que tragam consigo o outro e sua irredutível alteridade pela incorporação de novos signos linguísticos, ideológicos como por natureza.

Referências

- BAKHTIN, M.; VOLOSHINOV, V.N. 2009. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 13ª ed., São Paulo, Hucitec, 203 p.
- BARICHELLO, E.M.R. 2001. *Comunicação e Comunidade do Saber*. Santa Maria, Palotti, 188 p.
- CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA (CFEMEA). 2012. Luta Feminista na cúpula dos povos. Disponível em: http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3708:luta-feminista-na-cupula-dos-povos-nao-vamos-arcar-com-a-crise&catid=390:numero-172-janeiro-a-junho-de-2012&Itemid=129. Acesso em: 12/02/2013.
- MIGUEL, S. 2000. A política de cotas por sexo: um estudo das primeiras experiências no Legislativo Brasileiro. Disponível em: http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2830&Itemid=117. Acesso em: 12/02/2013.
- FOUCAULT, M. 1996. *A Ordem do Discurso*. 5ª ed., São Paulo, Loyola, 79 p.
- GADOTTI, M. 1992. Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito. In: M.M.K. KUNSCH, *Universidade e Comunicação na edificação da sociedade*. São Paulo, Loyola, 193 p.
- GERALDI, J.W. 2010. Texto e discurso: questões epistemológicas para a linguística. In: J.W. GERALDI, *Ancoragens – Estudos Bakhtinianos*. São Carlos, Pedro & João Editores, p. 75-82.
- GNERRE, M. 1987. *Linguagem, Escrita e Poder*. 2ª ed., São Paulo, Martins Fonte, 91 p.
- KUNSCH, M.M.K. 1992. *Universidade e Comunicação na edificação da sociedade*. São Paulo, Loyola, 193 p.
- LUCKESI, C.C.; COSMA, E.B.J.; BAPTISTA, N. 2000. *Fazer universidade: uma proposta metodológica*. 11ª ed., São Paulo, Cortez, 232 p.
- PEREIRA, P.P.G. 2009. Violência e tecnologias de gênero: tempo e espaço nos jornais. *Revista Feminista*, 17(2):485-505.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2009000200011>
- PONZIO, A. 2010. *Procurando uma palavra outra*. São Carlos, Pedro & João Editores, 175 p.
- RAMA, A. 1985. *A cidade das letras*. São Paulo, Brasiliense, 157 p.
- SANTOS, B. de S. 2002. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. 4ª ed., São Paulo, Cortez, vol. 1, 425 p.
- SCHINITMAN, D.F. 1996. Introdução: ciência, cultura e subjetividade. In: D.F. SCHINITMAN (org.), *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre, Artes Médicas, p. 9-21.

Submetido: 15/10/2013
Aceite: 02/01/2014